

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 532.027 - SP (2019/0268003-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : M DE O P
ADVOGADOS : EDERVEK EDUARDO DELALIBERA - SP125035
MARCUS VINICIUS VIEIRA - SP362315
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PREJUDICIALIDADE. ATO DECISÓRIO NÃO APRESENTADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. RÉU IDOSO (84 ANOS). DOENÇA CARDÍACA. CONDIÇÃO CLÍNICA GRAVE E INSUFICIÊNCIA DO TRATAMENTO DISPONIBILIZADO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Em regra, a jurisprudência desta Corte Superior considera que, com a prolação de sentença – por meio da qual o Juízo singular empreendeu nova avaliação sobre os fundamentos suscitados para a imposição da segregação cautelar (art. 387, § 1º, do CPP) –, tais razões devem ser submetidas, primeiramente, ao crivo do Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

2. Todavia, nos casos em que, ao negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, o Juízo sentenciante apenas faz remissão aos motivos que embasaram a ordem de prisão preventiva, não há prejudicialidade no exame dos fundamentos da primeira decisão, porquanto a matéria já foi apreciada sob esse enfoque pela Corte de origem.

3. A defesa não apresentou cópia do decreto condenatório, a inviabilizar o exame da suscitada ausência de prejudicialidade do recurso. É cogente ao requerente apresentar elementos documentais suficientes à aferição do suscitado constrangimento ilegal na manutenção da custódia preventiva.

4. O Tribunal *a quo* consignou não haver sido demonstrado o agravamento da condição clínica do acusado nem a insuficiência

do atendimento médico prestado/disponibilizado pelo estabelecimento prisional.

5. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**